

Auditor de sistemas de informação torna projectos mais funcionais

A necessidade de testar aplicações à medida que são desenvolvidas já entrou na rotina de muitas organizações. Falta o passo seguinte. Recorrer a um auditor externo e independente para acompanhar o projecto de implementação

Carlos Marçal | juarezco@revistas.cofina.pt

Os testes de *software*, como disciplina e negócio, têm ganho expressão em Portugal. O *testing* está a conquistar, de uma forma natural, o seu caminho nas organizações portuguesas. Quando se passa de uma fase de desenvolvimento de aplicações, na qual existe quase sempre um teste final, para uma fase de operação, ou como se designa na gíria tecnológica «entrada em produção», surge uma outra questão que normalmente não é acatada pelas organizações nacionais. Trata-se da auditoria e da validação dos projectos de implementação de um *software* por uma entidade externa e independente que garanta que os projectos, quando entram em produtivo, correspondem ao que foi definido e que não são cometidos erros.

Álvaro Carvalho, director-geral da SQS Portugal, defende a necessidade de se tomarem estas medidas. Segundo ele, muitos projectos no sector privado e na Administração Pública – e no ano passado todos se lembram dos diversos casos problemáticos com sistemas de informação que aconteceram na área da justiça e da educação – poderiam ser evitados ou largamente minimizados se houvesse a figura de um auditor externo de sistemas de informação.

«As organizações já possuem uma percepção bastante boa da necessidade de investir em sistemas de informação, no seu desenvolvimento e na realização de testes na fase final do desenvolvimento. O que falha é o passo seguinte. Não há percepção da necessidade de auditar e de validar, tal como se faz em outras indústrias com mais regularidade, o projecto de implementação de uma aplicação. Esta consciência não está disseminada nas organizações», diz Álvaro Carvalho.

O gestor da SQS Portugal faz uma análise interessante, mostra



Álvaro Carvalho
director-geral da SQS Portugal

Quando as aplicações funcionam bem, são um activo importante da organização, mas quando falham, são um passivo que originam prejuízos elevados.

que o mercado português percorreu um longo caminho para chamar a atenção das administrações e dos gestores na necessidade de investir em TI para ganhar automatismos e eficiência operacional. Este foi um passo importante mas falta dar-lhe continuidade, porque há sempre o reverso da medalha.

Numa altura em que uma grande parte das organizações desmaterializa os seus processos, as aplicações ganham relevância sendo imprescindíveis para o bom funcionamento do negócio. Quando estas aplicações funcionam bem, são um activo importante da organização, mas quando falham, são um passivo que originam prejuízos elevados. «Muitas empresas funcionam em cima destas aplicações e quando surge um problema qualquer, percebem que já não é possível passar sem essas aplicações», explica Álvaro Carvalho.

Esta situação leva-nos a questionar: até que ponto existe uma sensibilização para a realização de auditorias externas nas empresas e nos organismos públicos? Deve ser uma obrigatoriedade na área de

TI como já acontece em outras indústrias?

As áreas da engenharia informática e das tecnologias de informação ainda são uma disciplina jovem quando comparada com a engenharia civil, mecânica ou a eléctrica, só para citar alguns casos. Esta disciplina possui muitas áreas nas quais pode e deve evoluir, aprendendo com outras áreas, e esta parte da auditoria independente seria um passo importante. «Não me lembro de nenhuma directiva em Portugal que obrigue a auditar os sistemas de informação, com excepção dos ERP por parte da autoridade tributária. Tudo o resto não tem esse enquadramento. Nesses casos, as empresas ao não terem uma obrigação legal, ou possuem uma percepção do risco que correm ao ter tantas aplicações críticas nas quais baseiam o seu negócio, ou é muito difícil fazer essa pedagogia», conta o director-geral da SQS Portugal, que entende que a opinião pública portuguesa está a tomar consciência da necessidade de cuidar melhor os investimen-

tos realizados em todas as áreas e as TI não são uma excepção. «Independentemente de se ter realizado um teste final a uma aplicação, o auditor fala com o director-geral ou com o director de sistemas de informação de uma empresa, com um membro de direcção de um organismo público ou com um secretário de Estado, para validar se uma determinada aplicação está preparada, ou não, para entrar em produção.»

GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS

A SQS defende que este assunto faz parte da gestão de riscos corporativos. As TI ao serem uma peça fundamental no bom funcionamento de uma organização desempenham um aspecto crucial na gestão de riscos corporativos. Por exemplo, se uma grande organização possui o seu negócio desmaterializado recorrendo a uma ou a várias aplicações *web*, que são responsáveis por 70% ou 80% do seu negócio, como acontece com as unidades hoteleiras ou com as agências de viagens, é indispensável que essas aplicações funcionem bem e estejam sempre disponíveis.

«Que garantias possui essa organização de que aquela aplicação tem um desempenho correcto? Que garantias possui de que o ciclo de compra *online* vai ter a duração adequada para os clientes não fugirem? Esta situação é crítica para o bom funcionamento de muitos negócios e ainda não existe percepção nas organizações portuguesas», diz Álvaro Carvalho, que chama a atenção dos responsáveis máximos das organizações para a necessidade de prevenir ou mitigar problemas. Caso contrário, entra-se rapidamente em riscos de segurança o que leva a medidas reactivas, como as auditorias forenses, que possuem custos muito mais elevados do que se no devido tempo se tivesse feito uma prevenção adequada. ■